

C U R S O

# COMISSÃO PARLAMENTAR DE FISCALIZAÇÃO

INSTAURAÇÃO, COMPETÊNCIAS, PROCEDIMENTOS  
E OS LIMITES CONSTITUCIONAIS  
DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA

**DIAS 14, 15, 16 E 17 DE  
JULHO DE 2026  
CURTIBA - PR**

Hotel Granville  
Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro

## Objetivo Geral

O curso tem por objetivo proporcionar uma compreensão aprofundada sobre a estrutura, o funcionamento e a atuação das Comissões Parlamentares de Fiscalização, examinando seus fundamentos constitucionais, suas competências institucionais e sua importância dentro do sistema de controle exercido pelo Poder Legislativo Municipal. A proposta consiste em analisar a fiscalização parlamentar como instrumento legítimo de acompanhamento dos atos da Administração Pública, observando os limites jurídicos que disciplinam o exercício dessa atribuição.

Busca-se examinar o conjunto de normas constitucionais, legais e regimentais que conferem sustentação à atividade fiscalizatória das Câmaras Municipais, permitindo a compreensão das competências atribuídas às comissões parlamentares e dos mecanismos disponíveis para o acompanhamento da gestão pública. O estudo pretende demonstrar como essas estruturas se inserem no sistema de controle externo previsto pela Constituição Federal e como contribuem para o aprimoramento da atuação institucional do Poder Legislativo.

O curso também tem por finalidade analisar os procedimentos necessários para a instauração e organização das Comissões Parlamentares de Fiscalização, abordando os requisitos formais, os atos constitutivos, a definição do objeto fiscalizatório e os instrumentos que orientam o planejamento dos trabalhos. A compreensão dessas etapas é fundamental para assegurar a regularidade dos procedimentos e a adequada delimitação das atividades desenvolvidas pela comissão.

Outro objetivo consiste em examinar os métodos e procedimentos utilizados na obtenção, organização e análise de informações relevantes para o exercício da fiscalização parlamentar. Serão abordadas as formas de requisição de documentos, levantamento de dados, realização de diligências e utilização de instrumentos administrativos que auxiliam na construção de diagnósticos técnicos relacionados aos atos e contratos submetidos ao controle legislativo.

Pretende-se ainda aprofundar o estudo da fiscalização de licitações, contratos administrativos, convênios, obras públicas e demais instrumentos de gestão, observando os aspectos normativos que regem essas atividades e os mecanismos disponíveis para seu acompanhamento. A abordagem buscará demonstrar como a análise documental e a interpretação técnica das informações podem contribuir para uma atuação fiscalizatória mais estruturada e alinhada aos parâmetros legais vigentes.

O curso tem igualmente como objetivo examinar os limites constitucionais da atuação das comissões parlamentares, analisando questões relacionadas à separação dos Poderes, ao devido processo legal, à motivação dos atos administrativos e às garantias jurídicas que devem ser observadas durante a condução dos procedimentos fiscalizatórios. A compreensão desses aspectos é indispensável para a atuação institucional em conformidade com o ordenamento jurídico.

Posto isso, busca-se desenvolver uma visão integrada sobre a elaboração de relatórios, recomendações e encaminhamentos decorrentes dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Fiscalização, analisando sua relevância para a produção de informações qualificadas e para o acompanhamento dos resultados obtidos. A proposta é consolidar uma compreensão abrangente dos instrumentos, procedimentos e responsabilidades que compõem a atividade fiscalizatória exercida pelo Poder Legislativo Municipal.

## Cronograma

**14/07/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00**  
**CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES**

**14/07/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00**  
**MÓDULO I | FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR E COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES**

- Comissão de fiscalização Permanente ou Temporária?
- Constituição Federal e o sistema de fiscalização da Administração Pública
- Artigos 31, 70, 71 e 74 da Constituição Federal
- Competências fiscalizatórias da Câmara Municipal
- Controle externo exercido pelo Poder Legislativo
- Fiscalização parlamentar e separação dos Poderes
- Limites constitucionais da atuação dos vereadores
- Jurisprudência do STF aplicada à fiscalização parlamentar
- Relação entre Câmara Municipal, Tribunal de Contas e Ministério Público

**15/07/2026 - Quarta-feira | 08:30 às 12:00**

## **MÓDULO II | INSTAURAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE FISCALIZAÇÃO**

- Previsões na Lei Orgânica Municipal “Como Inserir”
- Dispositivos regimentais aplicáveis às comissões de fiscalização
- Requerimento de instauração
- Definição do objeto fiscalizatório
- Composição da comissão
- Atribuições do presidente, relator e membros
- Planejamento e organização dos trabalhos
- Elaboração do plano de fiscalização
- Formalização dos atos da comissão
- Elaboração de requerimento de instauração
- Construção de plano de trabalho fiscalizatório
- Análise de processos licitatórios
- Fiscalização de contratos administrativos
- Elaboração de relatório conclusivo
- Simulação completa dos trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Fiscalização
- Encaminhamento de achados aos órgãos de controle

**15/07/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00**

## **MÓDULO III | PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES**

- Solicitação de informações ao Poder Executivo
- Requisição de documentos administrativos
- Fiscalização documental
- Análise de processos administrativos
- Levantamento de informações em sistemas públicos
- Lei de Acesso à Informação aplicada ao trabalho parlamentar
- Diligências e inspeções técnicas
- Produção e organização de evidências
- Registro formal dos atos fiscalizatórios

**16/07/2026 - Quinta-feira | 08:00 às 12:00**

**MÓDULO IV | FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS, OBRAS E GASTOS PÚBLICOS**

- Aspectos fiscalizatórios da Lei nº 14.133/2021
- Planejamento das contratações públicas
- Fiscalização de editais e termos de referência
- Dispensa e inexigibilidade de licitação
- Contratos administrativos e execução contratual
- Fiscalização de aditivos contratuais
- Obras públicas e acompanhamento de medições
- Convênios, termos de fomento e parcerias
- Indicadores de risco em contratações públicas

**16/07/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00**

**MÓDULO V | LIMITES JURÍDICOS, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E RESPONSABILIZAÇÃO**

- Limites legais da atividade fiscalizatória
- Devido processo legal
- Contraditório e ampla defesa
- Proteção dos direitos dos agentes fiscalizados
- Responsabilidade administrativa dos agentes públicos
- Lei nº 8.429/1992 e os atos de improbidade administrativa
- Responsabilidade dos membros da comissão
- Abuso de poder e desvio de finalidade
- Entendimentos recentes do STF e dos Tribunais de Contas

**17/07/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:30**

**MÓDULO VI | RELATÓRIOS, ENCAMINHAMENTOS INSTITUCIONAIS E RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO**

- Estruturação de relatórios de fiscalização
- Formulação de conclusões técnicas
- Recomendações e determinações parlamentares
- Encaminhamentos ao Tribunal de Contas
- Encaminhamentos ao Ministério Público
- Comunicação institucional dos resultados
- Monitoramento das recomendações expedidas
- Boas práticas em comissões parlamentares de fiscalização
- Estudos práticos e análise de casos concretos

## Metodologia

A metodologia do curso será estruturada a partir de uma abordagem técnico-institucional voltada ao estudo avançado das comissões parlamentares de fiscalização, com ênfase na instauração, nas competências, nos procedimentos formais e nos limites constitucionais da atuação legislativa. O percurso metodológico adotará como eixo central a compreensão aplicada da função fiscalizatória do Poder Legislativo Municipal, considerando sua relação com o controle externo, com a separação dos Poderes e com a legalidade dos atos administrativos submetidos ao acompanhamento parlamentar.

O desenvolvimento dos conteúdos ocorrerá por meio da análise sistematizada da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno e das normas gerais que disciplinam a Administração Pública, especialmente aquelas relacionadas à transparência, responsabilidade fiscal, licitações, contratos administrativos e acesso à informação. Essa organização permitirá estabelecer uma leitura integrada entre o fundamento constitucional da fiscalização e os instrumentos normativos que conferem suporte jurídico à atuação das comissões parlamentares.

A metodologia contemplará o estudo detalhado da instauração das comissões parlamentares de fiscalização, abordando a definição do objeto, a delimitação da competência, a formalização do ato de criação, a composição interna e a organização inicial dos trabalhos. Serão observados os cuidados necessários para que a comissão atue dentro de parâmetros objetivos, evitando generalizações, excessos procedimentais ou intervenções indevidas na esfera administrativa.

Outro eixo metodológico consistirá na análise dos procedimentos de fiscalização, com atenção à requisição de informações, solicitação de documentos, realização de diligências, registro dos atos praticados e organização das evidências administrativas. A abordagem privilegiará a construção de fluxos formais de trabalho, capazes de conferir racionalidade, segurança jurídica e coerência institucional ao desenvolvimento das atividades fiscalizatórias.

O curso também trabalhará com a leitura técnica de processos licitatórios, contratos administrativos, aditivos, empenhos, liquidações, pagamentos, relatórios de execução e demais documentos que normalmente integram o campo de atuação das comissões de fiscalização. A análise desses instrumentos será conduzida a partir de critérios jurídicos, administrativos e documentais, permitindo identificar inconsistências, riscos, omissões formais e possíveis desconformidades com a legislação aplicável.

A metodologia incluirá o exame dos limites constitucionais da fiscalização parlamentar, especialmente quanto à separação dos Poderes, ao devido processo legal, à proteção de direitos, à motivação dos atos e à vedação de abusos ou desvios de finalidade. Esse enfoque permitirá compreender que a atividade fiscalizatória deve ser exercida com rigor técnico, mas também com observância às garantias jurídicas que orientam a atuação do Poder Público.

Em vista ao exposto, o curso adotará uma perspectiva prática voltada à elaboração de instrumentos institucionais de fiscalização, como requerimentos, planos de trabalho, roteiros de diligência, matrizes de análise documental, relatórios parciais, relatório final e encaminhamentos aos órgãos competentes. A finalidade metodológica será organizar o conhecimento técnico, contábil, administrativo, jurídico e procedimental em ferramentas aplicáveis à rotina das comissões parlamentares de fiscalização, assegurando maior consistência, formalidade e efetividade aos trabalhos desenvolvidos no âmbito legislativo municipal.

## Público-alvo

O curso é direcionado a presidentes de câmaras, vereadores, diretores de câmaras, assessores parlamentares, servidores públicos concursados, contadores, procuradores jurídicos, controladores internos, especialistas em recursos humanos, tecnologia da informação, técnicos legislativos, ouvidores, auxiliar administrativo, jornalistas, assessoria de imprensa, gestor de transparência, membros de comissões de licitação, pregoeiros, gestores de planejamento de compras, entre outros cargos vinculados às estruturas organizacionais do Poder Legislativo municipal.

# Palestrante

## André Luiz de Oliveira



É escritor e autor com atuação técnica na área da Administração Pública e do Poder Legislativo, com livros reconhecidos e difundidos no cenário nacional e internacional. Entre seus principais livros publicados figuram-se:

**Livro:** Manual de Processo Legislativo da Câmara Municipal da Proposição ao Texto Legal: Instrumentos Técnicos e Procedimentos para Elaboração, Tramitação e Redação das Leis

**Livro:** Manual do Vereador Atuante: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.

**Livro:** Administração Pública e Financiamento da Educação.

**Livro:** Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal

**Livro:** Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

É Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. É Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

Currículo completo em:

<https://lattes.cnpq.br/6790541459817477>

### GESTÃO PÚBLICA BRASIL

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR  
 [gestaopublicabrasil.com.br](http://gestaopublicabrasil.com.br)

 (41) 9 9786-5376  
 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)

## Investimento

**R\$ 2.890,00**

## Local

### Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro  
Curitiba - PR

### Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência. Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.

O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

## Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 N° 95, em 22/05/2026, PÁG.173 Código Localizador: 05302026052200173.

Certidão disponível em nosso site:

↓ <https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/>

## Dados bancários

### Banco Sicoob

Agência: 4340

Conta corrente: 191053-1

### Chave pix: CNPJ

40.178.961/0001-05

## GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR  
🌐 [gestaopublicabrasil.com.br](https://gestaopublicabrasil.com.br)

📞 (41) 9 9786-5376  
✉ [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)



# GESTÃO PÚBLICA BRASIL

---

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

**Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998**

**GESTÃO PÚBLICA BRASIL**

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR  
 [gestaopublicabrasil.com.br](http://gestaopublicabrasil.com.br)

 (41) 9 9786-5376  
 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)